

UMA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS CAUSADOS POR SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Autor(res)

Luis Angelo Dallacort
Eduardo Tomazelli Rodrigues

Categoria do Trabalho

TCC

Instituição

FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE ERECHIM

Resumo

O avanço da Inteligência Artificial tem trazido benefícios e desafios para a sociedade contemporânea, levantando questões éticas e legais, especialmente no que diz respeito à responsabilidade civil pelos danos causados por sistemas de Inteligência Artificial. Este trabalho propõe uma análise abrangente dessa questão, explorando os fundamentos da Inteligência Artificial, as teorias de responsabilidade civil e os desafios únicos apresentados pela integração da Inteligência Artificial em várias esferas da vida humana. O primeiro capítulo oferece uma visão geral da Inteligência Artificial, incluindo definições essenciais, áreas de aplicação e evolução histórica. Tipos de Inteligência Artificial, como Inteligência Artificial fraca e Inteligência Artificial forte, são discutidos, assim como conceitos como aprendizado de máquina e redes neurais artificiais. No segundo capítulo, o foco se volta para a responsabilidade civil, abordando sua amplitude e complexidade no direito civil contemporâneo. São exploradas questões legais relacionadas às relações interpessoais, comerciais e institucionais, destacando a responsabilidade como consequência de ações ou omissões que resultem em danos a terceiros. O terceiro capítulo examina a responsabilidade civil no contexto da Inteligência Artificial, destacando desafios éticos e legais decorrentes da integração da Inteligência Artificial em áreas como saúde, transporte, finanças e justiça. Questões como previsão e prevenção de danos, atribuição de responsabilidade entre agentes envolvidos e a necessidade de regulamentação específica são discutidas. A conclusão destaca a importância crescente da responsabilidade civil na era da Inteligência Artificial e enfatiza a necessidade de colaboração entre a comunidade tecnológica, legisladores e profissionais do direito para desenvolver estruturas jurídicas adaptativas às nuances dessa transformação tecnológica.